

Guerrilheiras (in) visibilizadas: o olhar do *Estadão* sobre as militantes do Araguaia

Tatiane Moreira Análio
Ana Carolina Lima Santos

Resumo:

Este artigo examina como *O Estado de S. Paulo* noticiou a participação feminina na Guerrilha do Araguaia do início do conflito, durante a ditadura civil-militar, até 2023. A perspectiva generificada permite observar o apagamento do protagonismo das guerrilheiras que se processa nas matérias do jornal. Nota-se como o periódico geralmente relega essas mulheres a aparições pontuais e muitas vezes anonimizadas, traz uma abordagem que as objetifica e as coloca à sombra de homens com os quais se relacionaram ou produz biografias que não dão conta de suas trajetórias e são narradas a partir da voz dos algozes, em um enfoque que revitimiza as militantes. Discute-se, com isso, como a cobertura do *Estadão* se constitui enquanto uma violência política de gênero fundada na própria prática jornalística.

Palavras-chave: Mulheres. Ditadura. Jornalismo.

Women guerrilla fighters made (in)visible: Estadão's view of Araguaia militants

Abstract:

This article examines how *O Estado de S. Paulo* reported female participation in Araguaia Guerrilla from the beginning of the conflict, during the civil-military dictatorship, until 2023. The gendered perspective allows us to observe the erasure of the protagonism of female guerrilla fighters that takes place in newspaper articles. It can be seen how the newspaper almost always relegates these women to occasional and anonymized appearances, proposes an approach that objectifies them and places them in the shadow of men with whom they had relationships, or produces biographies that do not describe their trajectories and are narrated through the voice of tormentors, with an approach that revictimizes the militants. This way, we argue how *Estadão's* coverage constitutes itself as a political gender violence based on journalistic practices.

Keywords: Women. Dictatorship. Journalism.

Tatiane Moreira Análio

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora e graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto.

E-mail: analiotatiane@gmail.com

Ana Carolina Lima Santos

Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestra em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe.

E-mail: outracarol@gmail.com

Introdução

Aurea Eliza Pereira. Crimeia Alice Schmidt de Almeida. Dinaelza Santana Coqueiro. Dinalva Oliveira Teixeira. Elza de Lima Monnerat. Helenira Resende de Souza Nazareth. Jana Moroni Barroso. Lúcia Maria de Souza. Lúcia Regina Martins. Luisa Augusta Garlipp. Luzia Reis Ribeiro. Maria Célia Corrêa. Maria Lúcia Petit da Silva. Regilena Carvalho. Rioco Kayano. Suely Yumiko Kanayama. Telma Regina Cordeiro Corrêa. Walkiria Afonso Costa. Essas são as mulheres reconhecidas pelo envolvimento na Guerrilha do Araguaia (Brasil, 2014), um dos mais importantes movimentos contrários à ditadura civil-militar brasileira.

Apesar da missão que desempenharam no levante, elas são habitualmente ofuscadas. O jornalismo, possível agente de visibilização das guerrilheiras, muitas vezes replica esse menosprezo. Silva (2014), ao pensar o fazer jornalístico como *lôcus* do masculino, havia constatado o atravessamento de pressupostos sobre o feminino nos critérios de noticiabilidade e nos processos de construção de notícias, capaz de instituir desigualdades no tratamento entre homens e mulheres. Assim, é plausível imaginar que, se no âmbito social elas são associadas à sensibilidade, à fragilidade, à passividade e à subordinação, os veículos costumeiramente (re)produzem esses valores (Silva, 2014), distanciando a esfera do feminino da temática da política, da resistência e da guerrilha.

Partindo dessa suspeita, o presente artigo investiga de que forma um dos impressos de maior circulação (e, por tabela, de maior influência) do país, *O Estado de S. Paulo*, considerou o papel feminino na cobertura sobre a Guerrilha do Araguaia¹. Para isso, buscou-se nas matérias publicadas entre 1966 e 2023, aquelas que mencionam as guerrilheiras – pelo substantivo genérico ou pelos nomes próprios. A partir do *corpus* encontrado, de 40 textos, são examinadas e discutidas recorrências em relação à abordagem dada às mulheres, atentando-se a marcas de apuração e composição do produto e a aspectos de caracterização contextual (Silva; Maia, 2011). Antes da análise, a revisão bibliográfica que se guia à empiria avalia o lugar das mulheres na história da ditadura e do jornalismo, observando em especial a lógica do masculino que a conforma.

Ditadura, resistência e imprensa sob a lógica do masculino

Em 1964, ao deflagarem um golpe contra o presidente João Goulart, os militares iniciaram uma ditadura que iria até 1985. Nesses 25 anos, o país viveu uma série de violações de direitos humanos cometidas pelo Estado, como censuras, sequestros, prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres. No âmbito civil, o apoio da mídia foi significativo. A destituição de Goulart se construiu com influência de meios de comunicação, como força política que articulava os rumos do país, tal qual defende Pilagallo (2012). O *Estadão*, entre outros veículos, deu sua contribuição, minando as bases do governo, conspirando contra ele e conclamando por intervenção militar (Aquino, 1999). Alguns dias antes do golpe, uma nota editorial assumia o viés intervencionista ao questionar “até quando permanecerá de braços cruzados o Exército”, ao que advogava que “não podemos admitir que seus chefes não tenham consciência dos perigos que nos ameaçam e do sangue que acabará fatalmente correndo em torrentes se as Forças Armadas continuarem a confundir o que aí está com um regime legal” (*O Estado...*, 1964, p. 03).

A sustentação midiática avançou nos anos seguintes. Até pelo menos 13 de dezembro de 1968, quando as primeiras críticas apareceram no periódico, ele seguia apoiando a ditadura, inclusive pela referência ao golpe como a “vitória de 64” (Instituições..., 1968, p. 03). Com o recrudescimento da violência ditatorial orientada pelo AI-5, o cenário mudou parcialmente. Em um sentido, a autocen-

¹ O paper é derivado da monografia defendida por Análio, sob orientação de Santos, no curso de Jornalismo da UFOP. O trabalho está disponível em monografias.ufop.br/handle/35400000/6134.

surta o manteve com um viés pró-governo. Como explica Kushnir (2004, p. 195), “tal prática preservava as empresas, mas também fazia delas colaboradoras de um esquema repressivo”. Por outro curso, passou a adotar estratégias criativas, com publicação de receitas e poemas para ocupar espaços esvaziados por matérias e trechos vetados. Isso não implicava maior enfrentamento. Conforme atesta Motta (2017, p. 379), “no máximo, pode-se dizer que em certos momentos o periódico resistiu à censura, porém, isso não significa resistir à ditadura”.

Outros títulos, também impactados pela (auto)censura, abandonaram a conduta mais colaboracionista, sem marcar oposição deliberada ao regime militar, como demonstram tentativas de cerceamento ao exercício jornalístico crítico com as demissões dos profissionais combativos (Kushnir, 2004; Larangeira, 2014). Comprometido por essas condições, o jornalismo hegemônico raramente se ariscou contra o governo, ainda que possam ser citados casos em que noticiou em desfavor do regime, até relatando práticas de tortura e assassinatos (Molica, 2005).

Na imprensa alternativa, a resistência foi encampada. De acordo com Kucinski (1991), 150 impressos com tom contestatório circularam no período ditatorial. Sem longevidade, metade deles nem completou um ano de existência. Após a redemocratização, a grande imprensa assumiu parte da função desses contestatórios que então desapareceram (Kucinski, 1991). Só que, segundo Motta (2017), nos periódicos de amplo alcance a ruptura com os militares não ocorreu. Poucos foram os que, a exemplo d'O Globo, reconheceram publicamente e de modo explícito o erro pelo apoio ao golpe e à ditadura (Apoio..., 2013). E o gesto sequer implicou que, daí em diante, a cobertura do jornal se colocasse contra os militares, seguindo o que fazia o *Estadão*. Tanto é que durante as atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre 2012 e 2014, esses veículos recusaram a ideia de revisão da Lei da Anistia e de punição dos agentes do Estado que violaram direitos humanos (Perlatto, 2019).

Toda essa história foi feita por homens e mulheres. Elas, contudo, foram subestimadas. Em uma época na qual o Código Civil em vigência não reconhecia a igualdade entre gêneros, dando plenos poderes aos pais e maridos sobre filhas e esposas, ter espaço independente do homem era difícil. Mas isso não impediu as mulheres. Antes do golpe, tiveram atuação a partir de grupos femininos que, mobilizando-se em torno da defesa de Deus, da família e da pátria, ajudaram na campanha de desgaste de Goulart. Ainda que sem se desvencilhar de padrões conservadores, fizeram política (Ridenti, 1990). Com o início do novo regime, houve oficiais femininas que integraram a repressão. A mais conhecida delas, Tenente Neuza ou Bia, atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna de São Paulo (DOI-Codi), participando do assassinato de pelo menos dez pessoas e do desaparecimento forçado de mais três (São Paulo, 2015).

Nos movimentos de resistência, de igual modo, existiram mulheres. No mínimo 434 integraram organizações clandestinas (Ridenti *apud* Villaméa, 2023). No material recolhido pelo *Brasil: nunca mais* (1985), entre os processos julgados pelo Superior Tribunal Militar de abril de 1964 a março de 1979, 12% dos réus eram mulheres. Destrinchando esses dados, Ridenti (1990) verifica o envolvimento feminino. Na esquerda tradicional, com filiação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), as mulheres correspondiam a cerca de 5% dos denunciados. Na luta armada, os números sobem: na Ação Libertadora Nacional foram 15,4% e na Vanguarda Popular Revolucionária, 24,1%. O percentual feminino na esquerda armada, ainda que pudesse parecer pequeno, era similar ao da participação das mulheres no mercado de trabalho, em torno de 21% (Ridenti, 1990).

Essa presença minoritária tinha a ver com o próprio contexto. O relatório da CNV (Brasil, 2014, p. 401) recobra a conduta que então era esperada à mulher, de “submissão, fraqueza, dependência, emoção, castidade, pudor, honra feminina,

manutenção de valores e tradições familiares”. Por isso, como observa Colling (2005), na ótica dos militares, elas eram sempre apêndices de um homem. Estar na militância constituía por si só contestar um modelo de feminilidade. De fato, elas eram assim percebidas pelo regime. Era usual que em suas fichas fossem classificadas como “depravadas”. Para a perspectiva machista e misógina, qualquer sexualidade era perigosa e precisava ser controlada. Rótulos negativos, como “puta”, comumente apareciam durante sessões de torturas (Brasil, 2014).

Porém, Wolff (2010) indica que esse entendimento não perpassava somente o militarismo, mas se espalhava de outras maneiras pela mentalidade de quem a ele se opunha. A figura do líder esquerdista, sobretudo do guerrilheiro, era a de um homem que encarnava a força masculina, pela qual seria capaz de implementar a nova sociedade. “Homens em sua plenitude, cumprindo seu papel de machos ao liderar, ao mostrar o caminho e não qualquer caminho, mas aquele da luta, do auto-sacrifício, da violência revolucionária.” (Wolff, 2010, p. 149). Às mulheres, restava um espaço hostil, inabilitado para acolhê-las na diferença. A diversidade, inclusive do feminino, era entendida como divisionista da luta principal, motivo pelo qual as militantes eram impelidas a renegar demandas de gênero (Colling, 2005).

No jornalismo, até nos meios alternativos, essa concepção era perpetuada. O periódico precursor da imprensa feminina, o *Brasil Mulher*, de 1975, assim se fundamentava, deixando evidente desde seu primeiro editorial que buscar a liberdade da mulher passava, antes, por conseguir a liberdade do ser humano. A questão do feminino era secundária. Apenas com o *Mulherio*, entre 1981 e 1990, desprende-se de tal visão, implicando mudanças em que os direitos das mulheres, como sujeitos singulares, podiam se sobrepor à pauta da esquerda (Kucinski, 1991).

Talvez porque certas expectativas sobre o feminino, da mulher “bela, recatada e ‘do lar’” (Linhares, 2016), sigam pautando parte da sociedade e da mídia brasileira, as memórias ditatoriais digam pouco sobre elas. Os homens são mais mencionados, deixando-as como “parcela mais esquecida e menos visível” (São Paulo, 2015, p. 1130). Nos documentos do período e nas recordações de hoje, recorrentemente se valia e se vale de atribuições como “filha/mãe/esposa/amante de...” para enquadrá-las, reduzindo-as a uma identidade relacional. As palavras “valente”, “corajosa” e “heroína” não eram/são muito associadas às mulheres nas narrativas de celebração da oposição à ditadura. Em contrapartida, expressões negativas que antes preenchiam fichas e sessões de tortura seguem válidas na rememoração depreciativa entre os defensores do regime.

Esse apagamento ou enviesamento do lugar das mulheres na resistência deve ser percebido como instrumento de repressão. Se, conforme Sousa (2019), a violência ditatorial subsiste para além do físico, no campo do simbólico, com a desqualificação dos militantes; do ponto de vista generificado, trata-se de uma violência política que se soma a outras perpetradas com maior força ou exclusividade sobre corpos femininos: estupros, torturas envolvendo seios e vagina, teste-munho de masturbação de algozes, inacessibilidade das grávidas ao pré-natal ou à assistência ao parto, abortos forçados ou ocasionados por maus tratos, ameaça à prole ou separação compulsórias das crianças, com impedimento para amamentá-las no cárcere etc. (Brasil, 2014; São Paulo, 2015).

O lugar do feminino na cobertura sobre a Guerrilha

Entre 1966 e 1974, na divisa de Pará, Maranhão e Goiás (onde hoje é o Tocantins), ocorreu a Guerrilha do Araguaia. O conflito armado de oposição à ditadura foi liderado por integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), dissidência do PCB. Tinha como principal estratégia a mobilização, para a qual a guerrilha era encarada como etapa menos importante que o trabalho de massas (Brasil, 2014). Instaurar um estado de guerra popular que poderia se espalhar por

todo o Brasil era uma forma de adiar o enfrentamento direto com as Forças Armadas até que a adesão maciça permitisse a tomada do poder.

A ofensiva inaugural do Exército na região, em 1972, precoce aos planos dos guerrilheiros, dificultou a concretização dessa tática. A desproporcionalidade do confronto entre 5.000 soldados, de um lado, e, do outro, 69 militantes, trouxe as primeiras de muitas baixas à Guerrilha. Em seguidas operações, que envolveram 10.000 militares, as Forças Armadas desmontaram bases e dizimaram combatentes (Brasil, 2014). Em outubro de 1974, Walkiria Afonso Costa, a última guerrilheira, foi encontrada, sendo presa e morta, marcando oficialmente o fim do levante.

O que ali ocorreu, entretanto, não se encerrou por completo. “Do ponto de vista militar, configurou uma experiência de aprimoramento das técnicas de contraguerrilha.” (Brasil, 2014, p. 718) Ademais, em 1975, os militares voltaram à região para apagar vestígios das violações. A remoção de cadáveres já sepultados e o abandono de corpos nas matas dificultaram sua localização. Dos 70 guerrilheiros reconhecidos como mortos, 68 seguem desaparecidos. Desses, 12 são mulheres, 11 desaparecidas (Brasil, 2014). Interessa, pois, saber de que forma elas têm sido aludidas no jornalismo, vivas ou mortas.

Ao buscar “guerrilheiras do Araguaia” no acervo on-line d’*O Estado de S. Paulo*, nenhuma notícia aparece entre 1966 e 1968. O ano de 1969 é o primeiro em que “Araguaia” surge. A nota, contudo, não fala sobre a Guerrilha, mas sobre uma possível ligação fluvial das bacias da Prata e do Amazonas. 1970 e 1971 seguem sem a ocorrência dos dois termos. Em 1972 há três edições que os citam, de novo separados e sem fazer referência às mulheres na Guerrilha, com “guerrilheira” como adjetivo. Os cinco anos subsequentes não apresentam ocorrências da utilização da expressão, ou seja, durante todo o período da Guerrilha as guerrilheiras não existiram para o *Estadão*.

A edição de 14 de setembro de 1978 traz finalmente a figura feminina na Guerrilha do Araguaia. De maneira inédita, usa “*guerrilheiras*” como substantivo ao narrar uma das três possibilidades de como o movimento teria sido descoberto pelos militares: “a outra [versão] é que uma das guerrilheiras foi presa em São Paulo” (Araguaia..., 1978, p. 20, grifo nosso). Em nenhuma das alternativas, o texto cita nomes de possíveis envolvidos. De todo modo, chama atenção que o número de palavras e detalhes dados à prisão da guerrilheira são menores se comparados às outras versões.

Só no sexto parágrafo uma militante surge identificada:

A figura mais popular era “Dina” que alfabetizava adultos em São Geraldo do Araguaia [...] Sua popularidade, no entanto, devia-se às suas atitudes enérgicas, seu comportamento determinado e por tratar a todos, homens e mulheres, como iguais. “Era uma mulher mais valente do que muito homem”, comentou um morador da vila um pouco depois de Dina ter sido morta pelo Exército, quando atravessava o rio Araguaia, numa lancha, em fins de 1972 (Araguaia..., 1978, p. 20).

“Dina” é Dinalva Oliveira Teixeira, vice-comandante do Destacamento C da Guerrilha, única mulher a ocupar o cargo. O jornal não traz seu nome completo, tampouco seu rosto. Dentre tantas atividades que exercia (como geóloga e parteira), apenas a de professora é levada em conta. Isso parece estar ligado a um ideal profissional supostamente adequado às mulheres. A popularidade da militante é condicionada ao fato de ela ter sido “enérgica” e “determinada”, atributos entendidos como masculinos. Mais notável é a última indicação. “Mais valente do que muito homem” é a frase, em tese elogiosa, que caracteriza Dinalva, pronunciada, obviamente, por um homem.

O desfecho de sua morte é narrado de modo superficial. O Exército, executor, aparece ao final da frase, construída na voz passiva. Seria diferente se a sentença fosse: “[...] um pouco depois de o Exército ter matado Dina”, atribuindo responsabilidade ao algoz, não obstante, despersonalizado. Essa estrutura frasal

é novamente usada ao descrever a morte de um guerrilheiro. Diferentemente de Dinalva, ele tem nome completo e cargo na guerrilha mencionados.

Assim, desde a primeira matéria, verifica-se que o veículo transforma a diferença entre guerrilheiros e guerrilheiras em desigualdade de tratamento. Isso se coliga ao que Tuchman (2009) denomina de aniquilação simbólica das mulheres, perceptível na tendência em exaltar figuras masculinas e destacar seus feitos.

Ao continuar a pesquisa por “guerrilheiras do Araguaia”, até 2023, encontram-se mais seis textos que discorrem sobre elas. E há vários hiatos. A próxima ocorrência se dá muitos anos após a reabertura democrática, em 12 de dezembro de 2004. Em matéria de página inteira dedicada à luta de parentes de mortos e desaparecidos durante o regime ditatorial, uma retransmissão dá destaque à Crimeia Alice Schmidt de Almeida. Esse trecho do texto é guiado por falas da militante. Três dos 14 parágrafos estão dedicados a contar sua trajetória no PCdoB e como presa política, com detalhes sobre a tortura sofrida quando estava grávida de sete meses. Adiante, o jornalista afirma que “toda a história pessoal de Crimeia parece entrelaçada à da guerrilha” (Roldão, 2004, p. 12). Reconhece-a, portanto, como fonte valiosa para libertar as vivências femininas do levante (Rago, 2010).

Contudo, as escolhas editoriais do *Estadão* se desviam dessa potência. A linha fina a individualiza apenas a partir do seu relacionamento, sem menção à própria atividade militante, nomeando-a como “viúva do guerrilheiro André Grabois” e relegando à legenda o título de “ex-guerrilheira” (Roldão, 2004, p. 12). Ainda que a entrada de Crimeia na reportagem se dê por ser casada com um desaparecido, ao não indicar de partida sua militância, o jornal esvazia sua jornada, relevante para a luta que trava como vítima da ditadura, como duplamente vítima – para além do que aconteceu com seu marido, ela foi presa e torturada pelo envolvimento ativo.

As matérias de 31 de março de 2005 (Nossa, 2005) e 21 de julho de 2009 (Nossa, 2009b) mencionam as guerrilheiras Luzia Reis Ribeiro, Maria Célia Corrêa (pelo codinome Rosinha), Dinalva Oliveira Teixeira (Dina) e Luisa Augusta Garlippe (Tuca). Na primeira, Luzia é citada sem explicações sobre sua vida e trajetória militante, apenas com nota sobre a data da prisão. Cita também uma atividade política que continua no presente ao mencionar recente telefonema feito ao então presidente do PT, José Genoino, para cobrar a identificação de uma ossada da Guerrilha. Na segunda, Maria Célia é referenciada por sua morte, com alusão à execução em um terreno às margens da rodovia PA-70. A atuação de Dinalva e Luisa é mais detalhada, ressaltando o trabalho de massas e o recurso às armas: “Um grupo liderado por Peri [Pedro Alexandrino de Oliveira Filho] e Dina passou horas conversando com moradores. ‘Explicaram o porquê da existência deles, levaram panfletos’, registra o informe deixado por um agente”; “Tuca foi vista pelo agente com uma espingarda de cano curto, um revólver calibre 38 e uma bússola” (Nossa, 2009b).

Fecham os achados da busca por “guerrilheiras do Araguaia” notícias sobre uma peça teatral inspirada no levante. Os textos de 8 de outubro de 2015 (Nunes, 2015) e 15 e 29 de janeiro de 2016 (Nunes, 2016; Katz, 2016) comentam *Guerrilheiras ou Para a terra não há desaparecidos*, da diretora Gabriela Carneiro da Cunha. Apesar de a obra tratar da história das guerrilheiras, só a primeira matéria cita uma delas, Maria Lúcia Petit da Silva, resumindo-a como única cujo corpo foi identificado. Nas demais, menciona-se que o espetáculo reverencia 12 mulheres que lutaram na Guerrilha e que lá foram assassinadas, sem especificar o nome ou a trajetória delas, que seguem desconhecidas ao leitor.

Essas publicações de 2004, 2005, 2009, 2015 e 2016, já feitas em período democrático e sem (auto)censura, demonstram que as expectativas de lidar com questões de gênero de forma mais efetiva continuaram por esbarrar na identidade relacional e dependente de um homem, na superficialidade de tratamento e na anonimização.

Dando sequência à pesquisa no acervo, os nomes e codinomes das guerrilheiras foram procurados um a um. Foram encontradas 70 ocorrências, contabilizando-se a mesma matéria mais de uma vez quando há referência a mais de uma militante. No todo, foram 33 notas, notícias, reportagens e entrevistas em que elas são aludidas. Das 18 mulheres, 2 não aparecem: Lucia Regina Martins e Regilena Carvalho (Lena). Dinalva Oliveira Teixeira (Dina) e Elza de Lima Monnerat (Dona Maria) são as mais referidas, cada uma constando em 11 textos.

O número mais alto de menções não garante necessariamente um tratamento digno. Dinalva, por exemplo, muitas vezes aparece apenas listada como morta e desaparecida ou descrita como “mulher de Antônio [Carlos Teixeira]”, sem detalhes sobre sua militância. Nos textos de 4 de março de 2004 e 22 de junho de 2009, algo mais se processa. Ambos trazem declarações do Major Sebastião Curió Rodrigues de Moura sobre os assassinatos que cometeu no Araguaia. No primeiro, ele confirma a morte da guerrilheira. É curioso como os jornalistas descrevem Dinalva, “a mais famosa mulher da guerrilha”, em contrapartida, com as palavras de Curió a que dão espaço: “ela tinha importância. Mas não era tanta assim” (Moura *apud* Nossa; Sampaio, 2004, p. 8).

No segundo texto, uma entrevista, o militar novamente confirma as mortes de Dinalva e Luisa, ao que complementa: “a ordem superior era não deixar rastros da guerrilha” (Moura *apud* Nossa, 2009a, p. 06). Elza de Lima Monnerat também é citada. Ao ser questionado sobre os erros do PCdoB, Curió afirma que a Guerrilha foi uma aventura do partido e conta que Elza, uma das líderes, abandonou os companheiros, fugindo e deixando “cada um por si e Deus para todos” (Moura *apud* Nossa, 2009a, p. 06). O sucedido não mencionado é que ela foi obrigada a retornar a São Paulo quando levava guerrilheiros ao Araguaia, então cercado pelos militares. Isso não é dito porque, dando a palavra exclusivamente ao algoz, *O Estado de S. Paulo* enviesa a história. Elza poderia ter sido entrevistada pelo veículo em algum momento antes do seu falecimento, em 2004, mas não foi.

Tampouco há contraditório posto por outras falas. O jornalista chega a fazer perguntas pertinentes, que pressionam o militar. “Por que matar prisioneiros?”, repete três vezes. “Uma centena de pessoas maltrapilhas tinha a mesma força dos cinco mil homens das Forças Armadas?”, indaga mais à frente. “Uma guerrilheira como Áurea, por exemplo, uma simples estudante de 24 anos, e ainda por cima presa, oferecia risco?”, insiste. Todavia, a entrevista é conduzida por uma espécie de elogio posto no último parágrafo do abre, quando classifica uma frase cruel de Curió como “franqueza que impressiona”. A fotografia estampada em grande tamanho não só dá rosto ao oficial como o monumentaliza a partir da presença ao fundo do retrato de dois quadros em que ele aparece fardado e discursando como deputado.

Crimeia Alice Schmidt de Almeida também aparece narrada por um perpetrador, ao ser mencionada em notícia de 22 de novembro de 2006. Ela é citada quando se expõe o processo movido por ex-presos políticos contra o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-Codi, reconhecido torturador. Não há mais informações sobre Crimeia. Sua história fica restrita à fala do coronel, que se notabiliza na matéria. Ele intitula os militantes de “assaltantes, sequestradores, terroristas e assassinos”. Nas declarações, dadas em um almoço para sua condecoração, ele ainda se diz inocente. A isso, o texto registra apoios, “como o [do] ex-senador e coronel do Exército Jarbas Passarinho, que fez discurso de homenagem a Ustra. ‘De que o acusam e quem o acusa? Do crime, como se fosse crime, de defender com risco da própria vida a nossa pátria’” (Moraes, 2006, p. 09).

Em todos esses casos, é evidente como o *Estadão* promove a perpetuação da voz dos algozes. Não se pode atribuir isso à (auto)censura, porque são matérias de 2004, 2006 e 2009, ou seja, produzidas com a ditadura findada. Ainda assim, em vários textos são os militares que concedem as entrevistas, dão suas versões dos fatos, descrevem e qualificam os acontecimentos e personagens envolvidos. A em-

patia que se constroi, dessa maneira, é com os dominadores, como diz Benjamin (1994). Reconhecer a necessidade de preservação e transmissão do conhecimento sobre o passado não deve subentender, tal qual ensina o autor, a legitimação e a exaltação do discurso dos perpetradores, abafando as histórias das vítimas. Em um país no qual a transição para a democracia pressupõe uma anistia sustentada por um projeto de amnésia, como esquecimento comandado abusivamente (Gagnebin, 2010), um encobrimento dessa natureza se torna mais problemático por apagar memórias relegadas.

Poucas são as ocorrências de uma abordagem dignificante, que desafie a palavra do algoz. Em 25 de junho de 2005, ela ocorre em notícia em que Lucia Maria de Souza (Sônia) é citada a partir da fala do coronel Lício Augusto Maciel, chefe do grupo de combate e comandante das operações, em uma solenidade na Câmara em tributo aos militares que desmontaram a Guerrilha.

Sem assumir que matou os guerrilheiros, o coronel contou que atirou em Lucia Maria de Souza, conhecida por guerrilheira Sônia, na mata: “Quando ela sacou a arma, vi que não tinha jeito e atirei: acertei a perna e ela caiu.” Ele disse que, depois disso, ela recuperou a arma e atirou nele e no coronel Curió. “O resto da minha equipe revidou, claro. Encerrada foi a carreira da bandida Sônia” (Madueño, 2005, p. 11).

Lucia é retratada, pelo seu carrasco, como bandida e tem sua história reduzida à morte. O orgulho com que o oficial narra suas ações e despreza a vítima é significativo. No entanto, como estruturado, o texto não lhe cede razão. Desde o início, em sua primeira frase, a jornalista qualifica a sessão como “um filme de terror” e rotula o relato do coronel de “frio” (Madueño, 2005, p. 11). Em retransmissão, sinaliza que houve deputados contrários à iniciativa, inclusive dita “descabida” no intertítulo. Assim, a matéria consegue progredir em direção a um tratamento mais justo.

Em outros textos, os avanços dividem espaço com retrocessos. Em 1º de setembro de 1979, a retransmissão de uma notícia dá destaque a Elza: “depois de dois anos e meio, Elza Monnerat deixa a prisão” (STM..., 1979, p. 11). Nessa parte do texto, a libertação da guerrilheira é noticiada, explicando o motivo e a durabilidade do cárcere. Uma foto do momento e declarações da militante são publicadas. O foco, todavia, se perde em algum ponto. “Com os cabelos brancos e curtos, vestindo calça rancheira, camisa branca e blusa de lã vermelha estampada foi recebida [...]” (STM..., 1979, p. 11) Aí, o veículo parece se importar mais com o visual de Elza do que com sua trajetória. No que pesem as restrições à liberdade de imprensa e as afinidades do jornal com o regime, que poderiam dar uma má direção à matéria, ela peca mais por enveredar por um juízo de valor sobre o feminino, no qual aparência e estilo contam demasiadamente.

Consideração similar tem Rioco Kayano, que, nos três textos em que é mencionada, já após a reabertura democrática, está associada ao seu marido, o político José Genoino. Na verdade, a aparição no jornal é motivada por essa relação. Não se trata, por isso, de textos sobre a Guerrilha, propriamente. É o caso da retransmissão de uma notícia de 27 de outubro de 2002, em que sua vida é contada primordialmente pela ligação com o esposo. “Aos 54 anos, que releva sem o menor pudor, Rioco é casada com Genoino há 25.” (Villalba, 2002, p. 06) A primeira parte da frase desperta curiosidade por insinuar que a idade seria algo pejorativo para ela, como se houvesse audácia contar quantos anos tem. A idade de Genoino, 56 à época, não é uma questão.

O texto segue falando sobre sua militância e prisão durante a Guerrilha, além de abordar sua origem e características. Nesse quesito, há uma evidente melhoria no trato com sua biografia, levada em conta. Traz também seu rosto, em foto que ocupa algum destaque na página, com legenda que a apresenta pelo foco no engajamento político prévio: “ex-militante do PCdoB”. Um passo atrás, porém, é dado na sequência quando o que se destaca é sua maternidade, além do descolamento

com a vaidade e o consumo, incansavelmente associados às mulheres. “Mãe ‘brava quando é preciso’, não se acha vaidosa nem consumista – muito menos adepta de grifes famosas.” (Villalba, 2002, p. 06) Excluem-se do breve relato feitos talvez mais relevantes, como a participação desde 2001 no Teia de Aranha, coletivo de bordado que realiza oficinas no sertão e nas periferias de Minas Gerais, para moradores de rua e para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (Rioco..., on-line).

O problema inferido nessas passagens se coliga ao que Gill e Toms (2019) constata em relação à banalização do feminino pela objetificação das mulheres, com julgamentos sobre sua aparência e competência. Se é o orgulho com a idade, a braveza do seu maternar ou a falta de vaidade que definem Rioco, outros âmbitos que escapam a uma concepção de gênero restrita, como sua atuação política e social, valem menos.

Em meio a tantas matérias violentas de *O Estado de S. Paulo* (seja pela superficialidade com que lidam com as histórias de vida das mulheres, seja pela reprodução da voz dos perpetradores, seja pela trivialidade com suas existências) e ressaltados os pequenos progressos registrados, a reportagem de 8 de maio de 2005 se destaca positivamente. Nela, relata-se com sensibilidade o percurso de Telma Regina Cordeiro Corrêa (Lia) e a esperança que sua mãe, Dona Celeste, tem de encontrá-la. Dona Celeste é personagem central do texto, a partir da qual vai desvelando a história da filha. Inicia narrando em detalhes a morte de Telma, seu “brutal assassinato”, tal qual dias antes foi relatado pelo ex-recruta Raimundo Pereira de Melo (Paiva, 2005, p. 08). Nada disso é sabido pela mãe, pois sua outra filha, Ângela, a poupa das notícias. A vida de Telma, contudo, não é resumida pela morte. O jornalista segue falando dela: da família, da infância, do início do envolvimento político, da decisão de ir à Guerrilha, das comunicações que manteve com a mãe e a irmã enquanto estava por lá (algumas aí reproduzidas), da falta de contato a partir de janeiro de 1972, das expectativas de reencontro trazidas pela Anistia e do desalento com o passar dos anos. Uma página inteira é dedicada à sua biografia. E termina: “Ângela evita comentar sobre Telma com a Dona Celeste. Quer que Dona Celeste continue acreditando que ela pode um dia entrar pela porta. Ou que ainda vai enterrar seus restos mortais, como a fechar a ferida. Ângela não acredita em nenhuma das duas hipóteses” (Paiva, 2005, p. 08). Como no final, todo o texto é duro, mas cuidadoso.

A reportagem também é uma das poucas que traz imagens do arquivo pessoal da militante, revelando o cuidado com a pesquisa sobre sua trajetória. A primeira fotografia é de seus pais. Na segunda, Telma está dançando com o pai, Luiz. Na terceira, vê-se Telma de biquíni, caminhando sozinha à beira-mar. Na quarta, a militante se encontra ao lado do marido, Elmo Corrêa, também desaparecido político. A quinta imagem é de uma das cartas enviadas por Telma à mãe, enquanto estava no Araguaia. Já a sexta fotografia mostra Telma, Elmo e Maria Célia Corrêa (guerrilheira e cunhada de Telma) na praia, com um grupo de amigos. É intrigante, no entanto, que das seis imagens, a de Telma com Elmo ocupe maior espaço. Por mais que Telma seja protagonista da reportagem, editorialmente a foto de destaque insiste em colocá-la acompanhada de um homem.

Ademais, não deixa de abordar as características físicas da guerrilheira:

Dava jeito também no próprio cabelo, dispensando o salão. Quando a moda era um chanelzinho parecido com o da Nara Leão, ela colava no pente uma lâmina de barbear para conseguir aquele efeito batidinho na parte traseira da cabeça. Se precisasse alisar um pouco as madeixas usava ferro e tábua de passar roupa (Paiva, 2005, p. 08).

Há, pois, problemas pontuais na angulação da matéria, que resvala em um entendimento do feminino pela sua dependência com o masculino e na exploração das aparências. Isso não diminui, deve-se frisar, a potência da reportagem, em sua apuração meticulosa e no tratamento esmerado que a notabilizam de modo positivo em meio ao corpus analisado.

Considerações finais

As mulheres na Guerrilha do Araguaia se engajaram, ofereceram apoio às ações ou pegaram em armas, sobreviveram ou morreram em batalha, ou na prisão, sob tortura. Contra o pressuposto de que na esfera do feminino não há violência, 18 militantes fizeram parte do levante. As barbaridades sofridas e – por que não? – praticadas por mulheres lembram que a brutalidade não é um aspecto masculino. Nessa acepção, as guerrilheiras quebraram estereótipos de gênero, ao se libertarem também da condição passiva e apolítica esperada para as mulheres. Pelo jornalismo praticado pelo *Estadão*, contudo, pouco disso é dado a ver.

Se, ao escrever sobre a Segunda Guerra Mundial, Aleksievitch (2016, p. 12) constata que “tudo que sabemos da guerra conhecemos por uma ‘voz masculina’”, é possível ampliar a validade da alegação para a cobertura realizada por esse veículo. Mais que isso, o jornal pratica uma violência política de gênero que se processa na invisibilização de histórias femininas no passado e no presente. As militantes são revitimizadas cada vez que as matérias as anonimizam, não citam seus nomes completos, não mencionam seus feitos ou os esvaziam de protagonismo, usam como parâmetro seus companheiros, as objetificam ou dão a palavra aos algozes.

Nem tudo, é preciso admitir, se resume ao gênero. O viés ideológico interferiu e continua interferindo na qualificação das guerrilheiras e da guerrilha como um todo (isto é, também dos homens envolvidos). Se desde sempre esteve do lado dos militares, *O Estado de S. Paulo* permaneceu coerente com sua postura conservadora. Não à toa, até os dias atuais, quando pauta a ditadura em datas comemorativas ou a partir de descobertas realizadas pelas comissões da verdade, prioriza o jornalismo factual, sem escavações para recontar narrativas ou promover reflexões, como observam Sanglard e Tristão (2014). No discurso limitado do jornalismo diário, faltam oportunidade e interesse de aprofundamento.

Mas o que se percebe, como camada adicional no que diz respeito às militantes, é a violência ser acentuada. Nos textos sobre as guerrilheiras, o *Estadão* não as valoriza como sujeitos, em suas experiências insuficientemente narradas e subjugadas a parâmetros hegemônicos do feminino. Reflete, com isso, uma sociedade machista e patriarcal, reproduzindo seus valores. Como ator social, igualmente os funda e os difunde. Valendo-se de uma linguagem que se assenta em um suposto masculino universal (Silva, 2014), ele se esquivava de valorizar aquilo que foi vivido pelas mulheres, o que poderia fazer emergir outros sensíveis.

A última reportagem destacada mostra que tal caminho é viável. Ainda que tenha falhas, consegue superar a maior parte dos problemas percebidos nas demais matérias ao empreender certo fôlego de investigação, na lida com os arquivos e na escuta dos testemunhos – indicando práticas possíveis e necessárias ao jornalismo generificado. O jornalista, estabelecendo pontos de contato com as vivências femininas, trata com respeito e dignidade a vida de luta e de violências sofridas (inclusive, o assassinato) de uma guerrilheira. Atravessa, assim, uma demanda ética para a “retomada reflexiva do passado [que] pode nos ajudar a não o repetir infinitamente, mas a ousar esboçar outra história, a inventar o presente” (Gagnebin, 2006, p. 57). E o faz também por meio do acento de gênero, apto a sustentar que, se por tanto tempo a diferença entre mulheres e homens resultou em desigualdades que as relegam e inferiorizam, a atualidade deve agir para não replicar essa desconformidade, para rechaçá-la.

Referências

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

APOIO ao golpe (de 64) foi um equívoco. **O Globo**, 1º set. 2013.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência**. Bauru: Edusc, 1999.

ARAGUAIA: efetivo chegou a 6 mil. **O Estado de São Paulo**, 14 set. 1978.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Comissão **Nacional da Verdade**. Comissão Nacional da Verdade: relatório. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL: nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

COLLING, Ana Maria. Uma questão de gênero na ditadura militar no Brasil. In: ANDÚJAR, Andrea; DOMÍNGUEZ, Nora; RODRÍGUEZ, María Inés (org.). **Historia, género y política en los '70**. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GILL, Rosalind; TOMS, Katie. Trending now: feminism, postfeminism, sexism, and misogyny in British journalism. In: CARTER, Cynthia; STEINER, Linda; Allan, STUART (org.). **Journalism, gender and power**. Abingdon: Routledge, 2019.

INSTITUIÇÕES em frangalhos. **O Estado de São Paulo**, 13 dez. 1968.

KATZ, Helena. Violência e morte desenham a rota de 12 mulheres. **O Estado de São Paulo**, 29 jan. 2016.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**, 18 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MADUEÑO, Denise. Sessão na Câmara exalta repressão no Araguaia. **O Estado de São Paulo**, 26 mai. 2005.

MOLICA, Fernando (org.). **10 reportagens que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MORAES, Marcelo. Generais da reserva defendem Ustra. **O Estado de São Paulo**, 22 nov. 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, p. 367-379, 2017. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/26037. Acesso em: 18 abr. 2024.

NOSSA, Leonencio. “Não se corta erva daninha pelo caule”. **O Estado de São Paulo**, 22 jun. 2009a.

NOSSA, Leonencio. Curió abre arquivo e revela que Exército executou 41 no Araguaia. **O Estado de São Paulo**, 21 jun. 2009b.

NOSSA, Leonencio. X2, um esqueleto no armário da Justiça, incomoda os amigos do presidente. **O Estado de São Paulo**, 31 mar. 2005.

NOSSA, Leonencio; SAMPAIO, Dida. Após 30 anos, Curió rompe silêncio sobre a guerrilha. **O Estado de São Paulo**, 4 mar. 2004.

NUNES, Leandro. Uma terra fértil sob o cuidado das mulheres. **O Estado de São Paulo**, 15 jan. 2016.

NUNES, Leandro. Guerrilha do Araguaia debanda para o palco. **O Estado de São Paulo**, 8 out. 2015.

O ESTADO de revolução em Pernambuco. **O Estado de São Paulo**, 5 mar. 1964.

PAIVA, Fred Melo. “Ela vai aparecer por essa porta”. **O Estado de São Paulo**, 8 mai. 2005.

PERLATTO, Fernando. Variações do mesmo tema sem sair do tom: imprensa, Comissão Nacional da Verdade e a Lei da Anistia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 78–100, 2019. Disponível em: revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311272019078. Acesso em: 8 maio. 2024.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: 3 Estrelas, 2012.

RAGO, Margareth. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113–128, 1990. Disponível em: revistas.usp.br/ts/article/view/84806. Acesso em: 8 maio 2024.

RIOCO Kayano. **Torre das donzelas**. Disponível em: torredasdonzelas.com.br/vozes-da-memoria-videos/rioco-kayano-2/nel. Acesso em 8 maio 2024.

ROLDÃO, Arruda. A sofrida espera da confraria dos parentes de desaparecidos. **O Estado de São Paulo**, 12 dez. 2004.

SANGLARD, Fernanda; TRISTÃO, Marise. Relatos da ditadura: memórias divulgadas pela imprensa brasileira a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 51-65, 2014. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2014v-11n1p51. Acesso em 20 maio 2024.

SÃO PAULO. **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”**: relatório. São Paulo: CV, 2015.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011. Disponível em: revistas.usp.br/Rumores/article/view/51250. Acesso em: 25 set. 2024.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Guerrilha do Araguaia: violência, memória e reparação. **Projeto História**, São Paulo, v. 66, p. 205-206, 2019. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/43200. Acesso em: 19 abr. 2023.

STM: a anistia tem três etapas. **O Estado de São Paulo**, 1º set. 1979.

TUCHMAN, Gaye. Media, gênero, nichos. **Media & Jornalismo**, [S.l.] v. 8, n. 15, p. 15-24, 2009. Disponível em: cicdigitalpolo.fcsh.unl.pt/pt/revista-media-jornalismo-no15-genero-media-espaco-publico. Acesso em 19 mai. 2024.

VILLALBA, Patrícia. Genoino aposta na militância para virar o jogo. **O Estado de São Paulo**, 27 out. 2002.

VILLAMÉA, Luiza. **A torre**: o cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura. São Paulo: Cia das Letras, 2023.

WOLFF, Cristina S. O Gênero da Esquerda em tempos de Ditadura. P. 138-155. WOLFF, Cristina S ; PEDRO, Joana M. (Orgs). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. 2010. Florianópolis-SC: Editora Mulheres, 2010.